

O *DEPLOYMENT* DE UM GRUPAMENTO OPERATIVO DE FUZILEIROS NAVAIS (FN), FUNDAMENTADO NA VOCAÇÃO EXPEDICIONÁRIA DO CORPO DE FN:

Implicações e perspectivas para a Marinha do Brasil

JOSÉ LUIZ CORRÊA DA SILVA
Capitão de Mar e Guerra (FN)

SUMÁRIO

Introdução	
Vocação expedicionária do Corpo de Fuzileiros Navais	
Destino manifesto de uma tropa anfíbia	
O Corpo de Fuzileiros Navais e a Organização das Nações Unidas	
A força-pronta da Força de Fuzileiros da Esquadra e o Haiti	
A Namíbia e o Corpo de Fuzileiros Navais	
Prontidão e eficiência na redução do tempo de resposta	
Ideia-força: o conjugado anfíbio	
Forças de pronto-emprego	
O ambiente operacional da força de emprego rápido da Força de Fuzileiros da Esquadra	
<i>Deployment</i> , incorporando o conceito	
<i>Deployment</i> em três tempos – o modelo brasileiro	
Estruturas de comando e controle do conjugado anfíbio	
Conclusão	

INTRODUÇÃO

O Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) busca permanentemente amoldar-se aos ditames da Estratégia Nacional de Defe-

sa (END), de modo a aprimorar suas capacitações para se antecipar ou enfrentar potenciais ameaças externas, cada vez mais assimétricas, difusas e globalizadas.

Tal necessidade pode ser atendida pelo CFN pela aplicação com eficácia dos conhecimentos adquiridos ao longo de sua história, passando do exercício tradicional de operações terrestres para uma atuação ímpar entre as Forças Armadas brasileiras, qual seja a capacidade de projetar poder sobre terra por meio da execução de operações anfíbias, cumprindo seu destino manifesto de fazer-se ao mar como força expedicionária, parceira indissolúvel da Marinha do Brasil (MB).

Os Estados não têm amigos, mas, sobretudo, interesses. Nesse contexto realista e pragmático, o Brasil haverá de voltar suas atenções para a Amazônia Azul, berço de suas origens, via de comércio exterior e espaço de manobra estratégico para a delimitação do seu perímetro de defesa, com vistas à salvaguarda da soberania do seu território no limite da plataforma continental brasileira.

A crescente pujança macroeconômica do Brasil, observada mais especificamente na última década, tem atraído a cobiça de outros atores regionais e internacionais, que vêm monitorando de perto o manancial de riquezas encontradas principalmente na biodiversidade da flora e do subsolo (terrestre e marinho) brasileiros.

[...] os Estados parecem incapazes de coexistir em harmonia [...] cada um se torna inseguro pela existência dos outros. As ações militares e econômicas de cada um, na perseguição de sua própria segurança nacional, frequentemente se combinam com as dos outros para produzir a desorganização da economia e a guerra (BUZAN, 1991).

Os Estados não têm amigos, mas, sobretudo, interesses

Essa potencial ambição estrangeira estimulou o Ministério da Defesa (MD) em 2008, quando da elaboração da END, para que trouxesse à luz questões relativas à segurança e à defesa nacionais, promovendo amplo debate

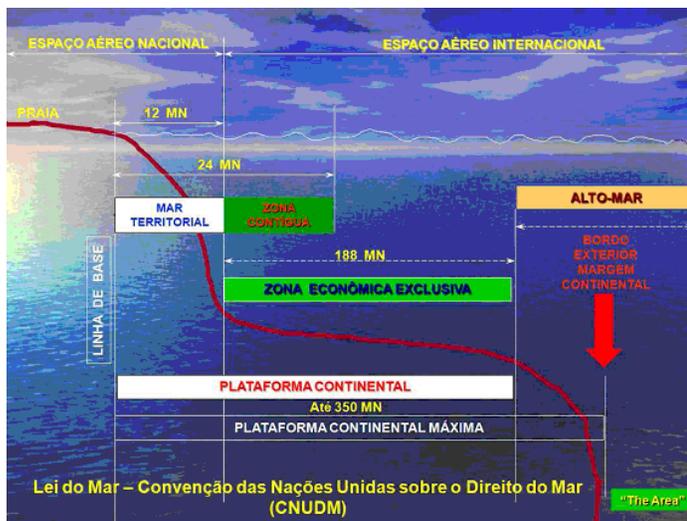
com variados segmentos da sociedade, visando confirmar o papel cada vez mais relevante e essencial das Forças Armadas brasileiras e buscar parcerias estratégicas para fomentar a

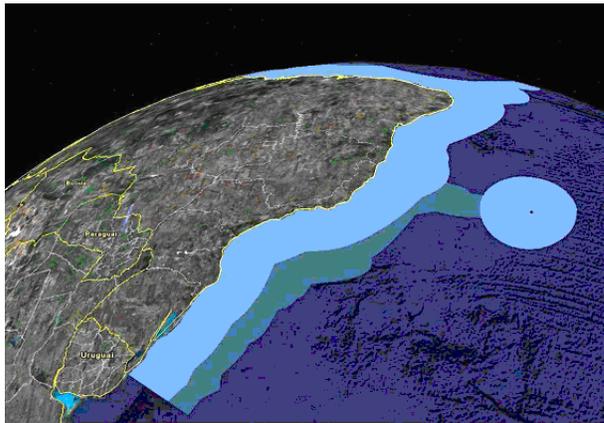
indústria nacional de defesa, mitigando nossa dependência tecnológica nesse campo.

As dimensões gigantescas do Atlântico Sul, aliadas à sua importância para a sobrevivência da população brasileira, motivaram o comandante da MB a cunhar a expressão “Amazônia Azul”, que se constitui numa vastíssima área marítima que abriga parcela significativa de recursos naturais, vivos e não vivos, potenciais alvos de outros Estados, gerando preocupações, em especial para a MB, na plataforma continental brasileira, onde se encontra a Zona Econômica Exclusiva (ZEE) do País.

A delimitação desse imenso espaço geográfico submerso encontra-se em fase de expansão para cerca de 350 milhas náuticas

Visão esquemática da Zona Econômica Exclusiva e da Plataforma Continental brasileiras. Fonte: Albuquerque, 2010





Tomada em perspectiva da área marítima denominada de Amazônia Azul montada sobre foto de satélite apresentada em palestra proferida para o Curso de Política e Estratégia Marítimas da Escola de Guerra Naval (EGN). Fonte: Ferreira 2010

(MN), conforme estudos vigentes na Comissão de Limites da Plataforma Continental. Isso significará, para o Brasil, monitorar e proteger uma área aproximada de 4,5 milhões de quilômetros quadrados, equivalente a quase toda a Amazônia Legal, impelindo a MB a estudar a Amazônia Azul sob o enfoque de quatro grandes vertentes: econômica, ambiental, técnico-científica e da soberania nacional.

Para tanto, a MB compartilha com parceiros estratégicos o desenvolvimento do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz), que ampliará as formas de sensoriamento remoto nas águas jurisdicionais brasileiras, com o fito de prover alertas antecipados para o Comando de Operações Navais (ComOpNav). Essa medida possibilitará o acionamento do conjugado anfíbio, representado por sua força

de emprego rápido ou força-pronta, como é genericamente conhecida, para se contrapor em tempo às ameaças reais ou posicionar-se vantajosamente contra potenciais ataques vetorados do mar com incidência no território nacional brasileiro, desde a franja oriental da plataforma continental brasileira.

Exemplos históricos comprovam o destino manifesto dos fuzileiros navais brasileiros de constituírem forças expedicionárias para a projeção de poder sobre terras estrangeiras, em missões de paz e humanitárias, sob a égide de organismos ou forças de coalizão internacionais, em especial as participações efetivas da força-pronta da Força de Fuzileiros da Esquadra (FFE) em Angola e no Haiti.

Esse futuro expedicionário é, pois, indissociável da consolidação dos grupamentos operativos de fuzileiros navais

como o amadurecimento natural da forma de se organizar tropas anfíbias para o combate e para tarefas corriqueiras de adestramento em tempo de paz.

É essencial buscar incessantemente a redução do tempo de resposta das chamadas forças de pronto-emprego, particularmente da Esquadra e da FFE.

É essencial buscar incessantemente a redução do tempo de resposta das chamadas forças de pronto-emprego, particularmente da Esquadra e da FFE

Essa meta deve ser a ideia-força que deverá nortear o pensamento estratégico de se planejar, desde o projeto de construção de navios e embarcações, a aplicação do conjugado anfíbio.

Outro aspecto relevante a ser considerado na aplicação do conjugado anfíbio é o emprego do grupamento operativo de fuzileiros navais, como força-pronta da FFE, coadunando as análises realizadas com a forma

de preparação das tropas para aplicação em situações emergenciais. Paralelamente, constata-se a validade de ter institucionalizadas organizações militares facilitadoras, cujas formas de gestão administrativa sejam voltadas exclusivamente para a logística de sustentação desde o tempo de paz, ampliando a permanência das forças a serem projetadas em terra pelo tempo necessário ao cumprimento da missão.

O desafio, dentro da filosofia de emprego adotada no CFN, é a aplicação de um modelo de *deployment*¹ a um grupamento operativo de fuzileiros navais, empregado como força-pronta da FFE, abalizado pelas condicionantes legais vigentes no Brasil e comparativamente a arranjos similares adotados por forças armadas de outros países e organismos internacionais, acompanhando, *pari passu*, a execução do Plano de Articulação e Equipamento da Marinha do Brasil (PAEMB), a fim de manter aderência com a realidade político-econômica nacional, quanto às perspectivas e implicações para a MB da adoção desse modelo em curto, médio e longo prazos.

Em suma, entende-se que o futuro da aplicação do grupamento operativo de fuzileiros navais deverá estar fundamentado na vocação expedicionária do CFN, voltada para viabilizar a migração da forma de emprego de um grupamento operativo da força-pronta da FFE para o regime de *deployment*. Para isso, deve-se buscar investir no conjugado anfíbio como vetor estratégico de projeção de poder sobre terra, uma vez que a área de atuação da

Marinha do Brasil se prolongará, além dos limites jurisdicionais da Amazônia Azul, até a ribeira ocidental africana, oferecendo, por conseguinte, maior espaço de manobra para a defesa territorial brasileira, impondo, todavia, um enorme desafio para o emprego do conjugado anfíbio.

VOCAÇÃO EXPEDICIONÁRIA DO CORPO DE FUZILEIROS NAVAIS

O DNA expedicionário herdado dos soldados-marinheiros que embarcaram nas naus para proteger a família real portuguesa em seu traslado para o então Brasil colônia, em 1808, ainda apresenta sinais evidentes da capacidade de adaptação a situações e ambientes, por vezes austeros, dos fuzileiros navais. Isso se verifica desde a chegada deles junto com a corte no Rio de Janeiro, acompa-



Ribeiras atlânticas – ocidental africana e a costa brasileira – possível espaço de manobra para os grupamentos operativos de fuzileiros navais da força de emprego rápido da FFE. Fonte: Castro, 1996; Mattos, 1977

1 O termo *deployment*, conforme empregado na terminologia militar naval anglo-saxônica e no sentido no qual é utilizado no texto, não admite tradução literal na língua portuguesa. O significado mais próximo seria o deslocamento de forças e respectivas estruturas logísticas, de modo a posicionar previamente as forças de pronta-resposta para aplicação onde, quando e pelo tempo que se fizer necessário.

nha-os em sua pulverização estratégica pelo Brasil, no início da década de 1930, quando ocuparam organizações militares em todas as regiões do País e culminam nas oportunidades em que se apresentaram prontos para embarcar e amarar, rumo a atuações no exterior, como em Santo Domingo (1965), Angola (1985) e no Haiti (de 2004 aos dias atuais), sob a égide de organismos e de forças internacionais de paz.

[...] Nessa epopeia da transmigração da família real portuguesa para o Brasil, coube à Brigada Real da Marinha, criada em 1797, e que logo angariou a confiança do Príncipe Regente, prover a proteção da Corte lusitana, o que fez com sucesso, aportando no Rio de Janeiro em 7 de março de 1808, aqui permanecendo desde então, tornando-se o embrião do Corpo de Fuzileiros Navais. **Logo após sua chegada**, D. João determinou a invasão da Guiana Francesa. Um destacamento da Brigada Real da Marinha, que se juntou às tropas do Grão-Pará, após intensos combates, conquistou a capital Caiena, em 14 de janeiro de 1809. Forjava-se diante dos franceses, de maneira histórica e vitoriosa, o batismo de fogo dos Fuzileiros Navais do Brasil.[...] (grifo nosso) (MONTEIRO, 2008, p.10).

Das acepções do vocábulo “expedicionário”, merece relevo a concernente àquele capaz de operar longe de suas bases e sob condições austeras. Essa intrepidez serve de motivação para agir sem considerar que podem estar ausentes as condições ideais, o que, por seguro, demandará rápida adaptação à nova situação, levando o indivíduo ou a corporação, por vezes, à decisão de se estabelecer temporariamente e melhorar as condições vigentes, até que seja movido a se lançar rumo a novas empreitadas.

Destino manifesto de uma tropa anfíbia

Em continuação ao processo de criação de unidades de fuzileiros navais ao longo da costa brasileira, foi instalado, durante a Segunda Guerra Mundial, um destacamento de fuzileiros navais na Ilha da Trindade para evitar que forças do eixo estabelecessem um ponto de apoio a submersíveis alemães, em local estratégico no Atlântico Sul.

Com o fim das hostilidades, a MB passou a enviar oficiais do CFN para realizarem cursos e intercâmbios com os fuzileiros navais dos Estados Unidos da América (EUA). Essa atitude de longo alcance teve como consequência a forte influência, no Brasil, da doutrina anfíbia do Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos (USMC), consolidada no Oceano Pacífico a cada sucesso na execução de operações anfíbias para a conquista de ilhas oceânicas ocupadas por japoneses.

Em 1948, ainda impregnado pela novidade representada pelas operações anfíbias, o então comandante-geral do CFN (ComGerCFN) decidiu levar a efeito um assalto anfíbio na Ilha da Pompeba, em caráter de exercício, na Baía de Sepetiba, litoral do Rio de Janeiro. Para essa empreitada, foi embarcada uma companhia de fuzileiros navais (CiaFuzNav) em dois contratorpedeiros.

Ocorre que a referida tropa era proveniente da guarnição do quartel central, ou seja, constituída por militares cujas funções principais eram guarda e representação, que se encontrava prestes a realizar um feito inédito, ou seja, um assalto anfíbio, só que executando o movimento navio-terra a partir de plataformas navais que não eram, em tese, aptas a transportar esse tipo de tropa e sequer possuíam estações de transbordo.

As adaptações foram muito além da natureza da tropa, pois as embarcações utilizadas para o desembarque pertenciam ao Encouraçado *Minas Gerais* e que, por não terem sido construídas com o fundo chato,

não eram apropriadas para abicagens. Apesar disso, os fuzileiros navais desembarcaram antes de as embarcações atingirem a praia, com água pela cintura, sendo apoiados por tiros dos canhões dos navios e de metralhadoras instaladas em aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB).

A absoluta falta de meios do CFN no que tangia à disponibilidade de materiais específicos para a execução de operações anfíbias começou a ser alterada com a assinatura do Programa de Assistência Militar entre os governos dos EUA e do Brasil, em 1952. A assinatura desse acordo proporcionou o acesso da MB a pacotes de material militar, que incluíam intercâmbios, instruções e adestramentos conjuntos. Além disso, esse programa possibilitou à MB desencadear um amplo aparelhamento da sua Esquadra, iniciado com a aquisição de navios-transporte de tropa, que traziam a bordo as embarcações de desembarque de pessoal e material, e navios de desembarque de carros de combate, que passaram a representar os vetores de transporte e apoio à projeção de poder sobre terra.

Em 1956, foi criada a Força de Transporte da Marinha, origem do atual Comando do 1º Esquadrão de Apoio, subordinado ao Comando da Força de Superfície, que, por sua vez, vincula-se ao Comando em Chefe da Esquadra (ComemCh). Atualmente, essa parcela da Esquadra possui cinco navios anfíbios e dois navios-tanque, sendo estes exclusivamente voltados para o apoio logístico a navios e não às tropas embarcadas.

O primeiro ponto de inflexão na trajetória de consolidação da identidade do CFN como

tropa verdadeiramente anfíbia ocorreu em 1957, com a aprovação do regulamento que criou a FFE e duas unidades a ela subordinadas: o núcleo da 1ª Divisão de Fuzileiros Navais, que originou a 1ª Divisão Anfíbia (DivAnf), na Ilha do Governador, e o Comando da Tropa de Reforço (TrRef), na Ilha das Flores, em São Gonçalo, ambos no estado do Rio de Janeiro.

Com a criação da FFE e de posse dos conhecimentos adquiridos nos intercâmbios com os EUA sobre operações anfíbias, iniciou-se uma extensa e intensiva série de exercícios de desembarque no âmbito daquela força. Du-

rante pouco mais de 30 anos dessa prática, no início da década de 1990, com a consolidação dos cursos de aperfeiçoamento para oficiais com ênfase em operações anfíbias, forjou-se uma nova doutrina de emprego, descolando o CFN das práticas de operações terrestres aprendidas nos cursos que os oficiais fuzileiros navais realizavam no Exército Brasileiro (EB).

Com a criação da FFE e de posse dos conhecimentos adquiridos nos intercâmbios com os EUA sobre operações anfíbias, iniciou-se uma extensa e intensiva série de exercícios de desembarque no âmbito daquela força

Ao buscar afirmação própria, o CFN fez despontar seu destino manifesto, a vocação expedicionária de seus fuzileiros-marinheiros, para quem chegada e partida representam as duas faces de uma mesma moeda, desde que esse movimento seguisse para o exterior, na direção de novas missões. Não tardou muito para que participassem de operações reais, conforme será apresentado a seguir.

Os fuzileiros navais do Brasil, que tiveram seu batismo de fogo com a tomada de Caiena, em 1809, foram novamente chamados à ação em 23 de maio de 1965, dessa vez para atuar como parcela de uma força internacional, sob a égide da Organização dos Estados Americanos (OEA), integran-

do o destacamento brasileiro da Força Armada Interamericana de Paz (Faibras).

Ratificando sua vocação expedicionária, apenas dois dias após a aprovação pelo Congresso Nacional brasileiro do envio de tropas da MB e do EB para aquela missão de paz, tendo realizado todos os reconhecimentos e ligações com as tropas norte-americanas, o destacamento precursor dos fuzileiros navais aterrissava em Santo Domingo, na República Dominicana, para viabilizar o desembarque, por aeronaves da FAB, do primeiro contingente, ocorrido em 23 de maio de 1965.

Da chegada até 25 de outubro daquele ano, o propósito da missão foi o de contribuir para contenção da violência do processo insurrecional. Posteriormente, tiveram relevo as tarefas de manutenção da ordem pública e de combate a grupos extremistas inconformados, situação que perdurou até 24 de abril do ano seguinte. Vencida a fase anterior, as tropas buscaram a manutenção da sua condição de aprestamento em operações de menor envergadura, culminando com o deslocamento aéreo para o Rio de Janeiro, em 20 de setembro de 1966.

O CORPO DE FUZILEIROS NAVAIS E A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

A força-pronta da Força de Fuzileiros da Esquadra e o Haiti

O grupamento operativo, na condição de novo modelo de emprego de fuzileiros navais, passou a ser padrão de organização e constituição da força de emprego rá-

pido, a força-pronta da FFE. Seu primeiro teste ocorreu em 2004, com o envio do primeiro grupamento operativo de fuzileiros navais para a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah).

O fato marcante para a história do CFN não se resume ao caráter pioneiro de emprego de tropas expedicionárias em missão de paz. Isso faz parte do passado glorioso dessa lendária corporação. Digno de nota foi o cumprimento do prazo, pela FFE, de 48 horas para o embarque de tropa, equipamentos e material para a montagem de uma base em solo haitiano que conferisse permanência às ações dos fuzileiros navais que aterrissaram pela primeira vez em Porto Príncipe, bem como dos que os sucederiam nessa missão de paz até o seu término, o que ainda não ocorreu (MONTEIRO, 2010a).

Digno de nota foi o cumprimento do prazo, pela FFE, de 48 horas para o embarque de tropa, equipamentos e material para a montagem de uma base em solo haitiano

O Comando da Tropa de Desembarque (ComTrDbq) efetuou o planejamento da operação apoiado pela Base de Fuzileiros Navais do Rio Meriti, designada organização facilitadora para essa missão, que, juntamente com o comando da Força de Superfície da Esquadra, viabilizou o deslocamen-

to por navios da Esquadra do primeiro grupamento operativo de fuzileiros navais a ser empregado na Minustah, cujos antecedentes históricos são apresentados a seguir.

Em 16 de abril de 2004, o secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU) submeteu ao Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) o relatório S/2004/30021, contendo recomendações concernentes à criação de mais uma missão de paz. Por meio da Resolução 1.542, de 30 de abril de 2004, invocando a Resolução 1.529, de 29 de fevereiro de 2004, o CSNU decidiu criar a Minustah,

em substituição à Força Interina Multinacional, com mandato em vigor a partir de 1º de junho de 2005, convidando o governo brasileiro a chefiar a missão.

Em decorrência, o Congresso Nacional brasileiro, atendendo a solicitação do Presidente da República, aprovou o envio de 1.200 militares, sendo 970 do EB e 230 fuzileiros navais, para, mais uma vez, participar de uma Força de Paz da ONU.

O comando componente militar da Minustah foi conferido a um oficial-general do EB, que teve inicialmente como elementos subordinados tropas de Argentina, Chile, Equador, Espanha, Filipinas, Guatemala, Jordânia, Marrocos, Nepal, Peru, Sri Lanka e Uruguai.

Enquanto isso, no Brasil, a FFE encontrava-se na fase de preparação da sua força-pronta para o início de mais um ano de adestramento, tendo sido designado um dos batalhões de infantaria do Comando da DivAnf para servir de núcleo organizacional ao grupamento operativo de fuzileiros navais que pudesse vir a ser constituído, considerando as resoluções aprovadas pela ONU para as ações no Haiti.

Os contornos políticos da situação vivenciada pelos haitianos inspiraram a montagem de um tema fictício, que recebeu o codinome de Operação Albatroz, servindo de pano de fundo para o cenário do exercício anual de ativação da força-pronta, que aconteceu, simultaneamente, nas dependências das organizações militares envolvidas, em 9 de março de 2004, quando ocorreria a inspeção das tropas e do material da força-

pronta, antes que cada batalhão pudesse iniciar mais uma etapa do adestramento.

Porém, naquele ano, o que era ficção em poucos dias tornou-se realidade. A situação no Haiti recrudescceu, e um grupamento operativo de fuzileiros navais foi efetivamente organizado para ser aplicado como peça de manobra de uma brigada a ser transportada pelo governo brasileiro para a Minustah.

O pioneiro grupamento operativo de fuzileiros navais recebeu a missão de se deslocar para o Haiti e integrar-se à Brigada Haiti, como

parte do componente militar, a princípio por um período de seis meses, contribuindo para a consecução e estabilização daquele país, com base no Capítulo VII da Carta da ONU e nos limites da legislação brasileira (BRAGA, 2005, p.47-50).

O “albatroz” teve que alçar voos distantes. A FFE acionou a sua força-pronta, iniciou o planejamento e,

simultaneamente, intensificou o adestramento da tropa em atividades típicas de missões de paz, conforme as orientações emanadas da ONU.

O aparato logístico foi incrementado com o emprego de aeronaves de transporte da FAB, que deslocaram o destacamento precursor e passaram a operar voos regulares de reabastecimento, situação que perdura até hoje.

Em paralelo, o ComOpNav expediu uma diretiva de planejamento (Carta de Instrução) para criar um grupo-tarefa (GT) sob o comando da 2ª Divisão da Esquadra, composto por um navio de desembarque-doca (NDD), um navio de desembarque de car-

A FFE acionou a sua força-pronta, iniciou o planejamento e, simultaneamente, intensificou o adestramento da tropa em atividades típicas de missões de paz, conforme as orientações emanadas da ONU

ros de combate (NDCC), uma fragata e um navio-tanque (NT), para transportar a tropa, na área marítima compreendida entre o Rio de Janeiro e a cidade de Porto Príncipe, desembarcar administrativamente pessoal e material no porto daquela cidade e prestar apoio logístico com um NDCC estacionado na área de operações por 30 dias, contribuindo, assim, para o estabelecimento do contingente brasileiro em terra (RULFF, 2004, p. 23).

O GT brasileiro suspendeu da Base Naval do Rio de Janeiro em 28 de maio de 2004, transportando contêineres pré-carregados, viaturas, gêneros alimentícios, rações de combate e água potável, além de um destacamento de manutenção do componente de apoio de serviços ao combate do grupamento operativo que, durante a travessia de 18 dias, concluiu os serviços de manutenção de viaturas e equipamentos óticos e de comunicações para a tropa que já se encontrava em Porto Príncipe.

Uma vez que as informações sobre o porto haviam sido levantadas por tropas especializadas do destacamento precursor, foi facilitada a atracação dos navios para descarregar com segurança o material, que foi transportado por via terrestre para a Base de Fuzileiros Navais Acadêmica Rachel de Queiroz, a “casa dos fuzileiros navais no Haiti”, instalada nas proximidades do aeroporto de Porto Príncipe, atendendo a requisitos de segurança, com base nas recomendações do destacamento precursor.

Os navios permaneceram na área de operações por cinco dias, à exceção do NDCC, que ficou mais 25 dias, após um

afastamento de cinco dias, para reabastecimento na Jamaica (RULFF, 2004, p. 26).

Da Minustah, o CFN vem contabilizando lições assimiladas e oportunidades de melhoria na preparação dos próximos contingentes a serem empregados até o encerramento formal dessa missão pela ONU. Prevalece como opinião unânime o acerto em se empregar fuzileiros navais em missões de paz, e não somente em operações anfíbias, organizados sob a forma de grupamento operativo. Isso se deve principalmente à flexibilidade no planejamento

do comandante do grupamento operativo, pelo fato de possuir no componente de comando um estado-maior próprio (COSTA, 2010; MONTEIRO, 2010a).

A vantagem de planejar suas ações de forma autônoma reflete nas assessorias precisas que o comandante do grupamento operativo presta ao

comandante do batalhão brasileiro do EB no Haiti, a quem os fuzileiros navais encontram-se subordinados como peça de manobra, gerando confiança nesse comando superior e, principalmente, segurança para os fuzileiros navais durante operações reais, por exemplo, no combate urbano contra gangues organizadas, típicas de missões de imposição de paz (BRAGA, 2005, p. 61).

A Namíbia e o Corpo de Fuzileiros Navais

A MB encontra-se na Namíbia desde 1994, representada por uma Missão Naval que presta assessoria na estruturação do sistema de defesa namibiano. Como pedra fundamental

Prevalece como opinião unânime o acerto em se empregar fuzileiros navais em missões de paz, e não somente em operações anfíbias, organizados sob a forma de grupamento operativo

para a edificação do Poder Naval da Namíbia, o acordo de cooperação naval previa que a antiga Ala Naval das Forças de Defesa da Namíbia desse lugar à Marinha da Namíbia (MN).

Localizada na ribeira ocidental africana do Atlântico Sul, a Namíbia possui uma vasta e rica costa marítima. Segundo outro renomado periódico, a *Jeune Afrique Economie*, aquele país desponta como uma das grandes potências do continente africano, sendo fruto dessa percepção estratégica a necessidade premente de criação de uma tropa anfíbia, em Walvis Bay, cidade estrategicamente localizada, por onde flui a maior parte das riquezas nacionais.

[...] em qualquer hipótese, o peso do Brasil em assuntos internacionais deverá crescer firmemente – embora **o ponto real de decolagem** só agora tenha sido alcançado –, sua política exterior e seu processo decisório merecem ser atentamente estudados. (grifo nosso) (SCHNEIDER, 1976).

A visão que o professor Schneider tinha sobre o Brasil, à época em que escreveu a obra acima referenciada, foi literalmente materializada em 2009, com a publicação na revista *The Economist*, em sua edição de 12 de novembro, de uma reportagem de 14 páginas contendo fatos de relevo que comprovam em definitivo que o País decolou.

Aproveitando-se desse viés de alta no prestígio brasileiro, um país africano, colô-

nia britânica, resolveu estreitar os laços de defesa com a MB por meio da assinatura de acordo de cooperação naval, com vistas a implantar o Corpo de Fuzileiros Navais da Namíbia (CFNN), inserindo aquele país no rol dos que possuem forças de fuzileiros navais, ampliando as tarefas básicas de seu Poder Naval pela capacidade de projetar poder sobre terra.

Interessante observar que a barreira do idioma, que poderia ter sido, de início, fator inibidor para os namibianos formados nas turmas pioneiras, foi superada. As aulas teóricas e as instruções militares são atualmente conduzidas na Namíbia em português.

A fluência dos namibianos em um segundo idioma gera oportunidades para que seus fuzileiros navais participem de operações com Marinhas da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Um efeito colateral positivo dessa facilidade de se expressar em uma segunda língua pode ser percebido

pela adoção dos manuais do CFN brasileiro para as práticas militares dos fuzileiros navais namibianos.

Segundo o Ministério da Defesa da Namíbia, em um primeiro momento sua tropa anfíbia está sendo criada, inclusive, com a capacidade de desenvolver o serviço de patrulha marítima para proteger os interesses nacionais da Namíbia em suas águas interiores, mar territorial e ZEE, com ênfase na proteção dos recursos vivos e minerais da plataforma continental.

O crescimento do CFNN é planejado para contar com um batalhão de infantaria de fu-

Os fuzileiros navais namibianos estão recebendo, por “herança genética”, o caráter expedicionário dos seus congêneres brasileiros, assim como ocorreu quando da transmigração da família real portuguesa para o Brasil, em 1808

zileiros navais (BtlInfFuzNav) e o apoio de mais uma equipe técnica para incrementar a formação de soldados fuzileiros navais. Para o ano de 2013, prevê-se a ampliação do auxílio técnico-operacional dos fuzileiros navais brasileiros, de sorte a incorporar os conhecimentos requeridos em áreas específicas, tais como: operações especiais, engenharia, artilharia, comunicações e blindados.

Além disso, percebe-se que os fuzileiros navais namibianos estão recebendo, por “herança genética”, o caráter expedicionário dos seus congêneres brasileiros, assim como ocorreu quando da transmigração da família real portuguesa para o Brasil, em 1808.

Em contrapartida, os fuzileiros navais brasileiros poderão ampliar o espectro de intercâmbio com o BtlInfFuzNav namibiano para a execução de exercícios conjuntos, o que, por sua vez, servirá como trampolim para participar em operações com outras Marinhas africanas, particularmente aquelas da CPLP, sendo este um excelente motivo para o início do *deployment* de grupamentos operativos de fuzileiros navais da FFE, que compõem a força-pronta do ComOpNav, estendendo a atuação da MB para além da Amazônia Azul.

Prontidão e eficiência na redução do tempo de resposta

O conceito de emprego de fuzileiros navais sob a forma de grupamentos operativos incorporou vantagens administrativas originadas de uma divisão de tarefas mais equilibrada, primando pela especialização das atividades de cada um de seus componentes.

Apesar de não conhecerem ainda essa de-

nominação, em 1965 os fuzileiros navais que atuaram em Santo Domingo, capital da República Dominicana, organizaram-se de forma muito semelhante a esse tipo de estrutura de combate. À organização por tarefas da CiaFuzNav foi adicionado um estado-maior, e seus pelotões atuaram de forma isolada, como se componentes autônomos fossem, ainda que tivessem sido motivados a adotar tal forma de organização em razão das distâncias físicas entre as suas respectivas áreas de atuação.

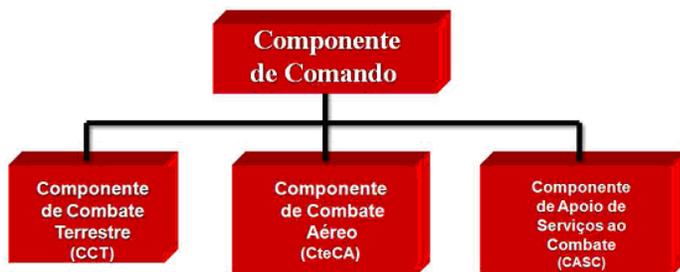
Os grupamentos operativos de fuzileiros navais podem ser de três tipos:

- a Brigada Anfíbia (BAnf), cujo componente de combate terrestre (CCT) é nucleado por dois a cinco batalhões de infantaria de fuzileiros navais, contabilizando um efetivo que pode atingir um patamar de 5 mil militares;

- a Unidade Anfíbia (UANf), cujo CCT é nucleado por um batalhão de infantaria de fuzileiros navais, perfazendo um efetivo que pode atingir 2.200 militares; e

- o Elemento Anfíbio (ElmAnf), no qual o núcleo do CCT é uma companhia de fuzileiros navais de um batalhão de infantaria.

Em verdade, há que se retornar um pouco mais na história da organização de forças de pronta-resposta por parte do setor operativo



Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav) – organização esquemática dos grupamentos operativos de fuzileiros navais, com seus componentes e a sua cadeia de subordinação.

Ressalta-se que o comandante do Grupamento Operativo e seu estado-maior encontram-se inseridos no componente de comando.

Fonte: Brasil, 2008b; Monteiro, 2010b

do CFN, em meados da década de 1950, quando foram criados o Núcleo da 1ª Divisão de Fuzileiros Navais, a TrRef e a FFE, sendo este o comando enquadrante. Da organização desses comandos nasceu o conceito de força de pronta-resposta (COSTA, 2010).

Esse tipo de arranjo de força combatente de caráter expedicionário foi empregado, em 1965 para deslocar em aeronaves da FAB um escalão avançado de reconhecimento para Santo Domingo, a fim de preparar terreno para a chegada dos destacamentos que compuseram os contingentes brasileiros de tropa da Faibras.

O fato de as organizações militares terem sido pré-selecionadas para atuar em sistema de rodízio, definindo-se antecipadamente a parcela da força-pronta que elas iriam compor, concorreu para uma significativa redução de tempo desde o acionamento da tropa até o embarque. A partir desse emprego bem-sucedido, passou-se a estabelecer o prazo de 48 horas para a prontificação de pessoal e material da força-pronta da FFE, independentemente da missão, forças opoentes, terreno e meios a serem utilizados na área de operações.

Como lição aprendida, verificou-se que os pedidos de material eram preenchidos, atualizados e aprovados.

Considerando-se que o momento exato da emissão da ordem para ativação da força-pronta da FFE era uma das incógnitas da missão, coube aos depósitos o atendimento rápido às solicitações de material, reduzindo substancialmente o tempo de carregamento das aeronaves, permitindo o pronto das tropas embarcadas no prazo estipulado.

Procedimentos análogos foram utilizados quando do envio da CiaFuzNav para Angola, em 1988, e de um grupamento operativo de fuzileiros navais para o Haiti, em 2004, confirmando-se a validade do prazo de 48 horas para deslocar o escalão avançado da força-pronta da FFE, constatan-

do-se que o grau de eficiência na prontificação de ambos os modelos de organização de tropas foi equivalente.

Os movimentos iniciais, nas ocasiões supra, foram efetuados por aeronaves da FAB, sendo que apenas na segunda empreitada as tropas em terra receberam apoio das plataformas navais, que transportaram reforços de pessoal e material e forneceram água potável e refeições quentes, além de possibilitarem a execução de reparos nas oficinas de bordo.

Tal apoio logístico, representado pela presença de navios na área de operações, é fator imprescindível para a autonomia da força projetada, tendo proporcionado a manutenção de um canal logístico primordial para o sucesso das ações em terra e, principalmente, em caso de necessidade de retirada das tropas, pelo mar, com ou sem oposição de terra.

Ideia-força: o conjugado anfíbio

O conjugado anfíbio é o instrumento operacional de que a MB dispõe para contribuir para a dissuasão e potencial vetor estratégico para a projeção de poder sobre terra, com vistas à salvaguarda da soberania nacional e dos interesses brasileiros no exterior.

Destarte, é fundamental que o emprego harmônico desse conjunto de vetores seja o núcleo central do pensamento estratégico a nortear o planejamento do grupamento operativo de fuzileiros navais da força-pronta do ComOpNav, pois a sinergia obtida com o emprego do todo (conjugado anfíbio) indubitavelmente será muito superior à atuação de suas parcelas separadamente (grupamento operativo e navios/aeronaves), ainda que agissem de forma combinada.

Os grupamentos operativos podem ser empregados em diversos cenários, desde os relacionados à assistência humanitária (situações de calamidade), passando pelas crises internacionais até os casos de conflito (mis-

sões de paz e guerra generalizada), em que se necessita uma ação decisiva de caráter estratégico, consoante a END, que irá nortear o planejamento nos níveis estratégico e operacional para as operações conjuntas no MD e na MB, em especial para as suas operações navais singulares.

Torna-se importante que o conjugado anfíbio deixe o campo da retórica para ingressar em definitivo no pensamento orientador do planejamento estratégico de forças na MB.

Deve-se buscar combater a aludida falta de entrosamento entre tropa e tripulações, que dificulta a adoção de soluções para embarque de pessoal, carregamento dos meios de fuzileiros navais, bem como o dia a dia dos fuzileiros navais a bordo, em especial no início da travessia até a realização de

ensaios e daí para a área de operações, onde ocorrerá a projeção do poder sobre terra.

Da busca de entrosamento e do convívio estreito entre fuzileiros navais e marinheiros depende a adoção dessa ideia-força, que poderá, inclusive, nortear os futuros projetos para a construção dos navios de propósito múltiplo e de transporte de apoio, assim como os projetos das embarcações de desembarque e as aquisições de material e equipamentos específicos de fuzileiros navais.

Torna-se importante que o conjugado anfíbio deixe o campo da retórica para ingressar em definitivo no pensamento orientador do planejamento estratégico de forças na MB

FORÇAS DE PRONTO-EMPREGO

Segundo a Política de Defesa Nacional (PDN) (BRASIL, 2005), o fato de o País possuir forças de fuzileiros navais confere ao



Visão do conjugado anfíbio

seu poder naval a capacidade de manter as comunicações marítimas de interesse brasileiro (dissuadindo atitudes hostis e estimulando as favoráveis), proporcionar respaldo militar para exercer persuasão adequada, em conformidade com a ação política no âmbito internacional, e, se for o caso, operar em conjunto com as demais forças singulares.

Torna-se evidente que a MB acertou ao optar por concentrar permanentemente, na estrutura organizacional do ComOpNav, o potencial de emprego de grupamentos operativos de fuzileiros navais, representado pelas organizações militares da FFE, orientadas de forma pere-nente para o combate.

Considerando-se as molduras temporais previstas no PAEMB, definindo os prazos em curto (2010-14), médio (2015-22) e longo (2023-30) (PESCE, 2010, p. 75), será possível que a MB passe a conceber a obtenção estratégica dos meios das respectivas forças-prontas da FFE e da Esquadra, planejando a conformação do conjugado anfíbio para que seja efetivamente a unidade de combate de pronta-resposta sob as ordens do ComOpNav, apta a atuar em qualquer lugar da Amazônia Azul e, por que não afirmar, a exemplo da END, em qualquer lugar do mundo (BRASIL, 2008a, p. 21).

Tendo o mar como espaço de manobra e valendo-se da amplidão dessa massa líquida, o comandante do conjugado anfíbio fica a cavaleiro para projetar poder sobre terra, nesse caso por meio do grupamento operativo de fuzileiros navais embarcado, em atendimento às hipóteses de emprego já mencionadas.

Da análise da END depreende-se a grande preocupação do nível político em equipar a MB para, conjuntamente com as demais Forças Armadas brasileiras, atuar segundo o trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença.

O comandante da Marinha, por meio do PAEMB, orienta a obtenção de meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais, de modo que se possa exercer o controle de áreas marítimas estratégicas que permitam o acesso à foz do Rio Amazonas (Esquadra do Norte/Nordeste) e à área marítima que vai de Santos a Vitória (Esquadra do Sudeste) (PESCE, 2010, p. 75).

Para tanto, com base na premissa de que a MB deverá organizar-se sob a égide da citada tríade, determinou a criação das segundas Esquadra e FFE. Dessa forma, a MB contará com a capacidade de deslocar tempestivamente um conjugado anfíbio, que poderá ter embarcado o grupamento operativo de fuzileiros navais, como força-pronta da FFE, para antecipar-se

às ameaças reais e potenciais, cada vez mais difusas, com foco principalmente nas que possam vir do mar.

O ambiente operacional da força de emprego rápido da Força de Fuzileiros da Esquadra

Em tese, o assalto anfíbio equivale ao desembarque, à viva força, por meios de superfície (navios, embarcações de desembarque e carros-lagarta anfíbios) e aeronaves, em um litoral hostil ou potencialmente hostil, a fim de cumprir tarefas em terra. A incursão anfí-

Da análise da END depreende-se a grande preocupação do nível político em equipar a MB para, conjuntamente com as demais Forças Armadas brasileiras, atuar segundo o trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença

bia diferencia-se dessa última pelo fato de concentrar-se em objetivos limitados, o que facilita a rapidez das ações em terra, seguindo-se uma retirada planejada.

Ambas as operações podem ocorrer em território nacional ou no exterior, envolvendo uma extensa cadeia logística, que não poderá prescindir de estruturas de apoio que garantam a permanência de forças de desembarque e incursão em combate, conforme o caso, apoiadas a partir de navios de apoio logístico ou instalações preposicionadas em terra, em locais estrategicamente selecionados.

A mobilidade estratégica oferece ao decisor, no nível tático, a possibilidade de selecionar o portal de acesso para a projeção da força sobre terra, definindo as plataformas navais que prestarão o apoio logístico para a sustentação do grupamento operativo de fuzileiros navais em terra. Para tanto, os órgãos de inteligência operacional devem concorrer para a manutenção de banco de dados com informações atualizadas sobre faixas de litoral na costa no País e no exterior, em países de interesse, incluindo as ilhas oceânicas do “colar de pérolas brasileiro”, materializado conjunto de ilhas britânicas, pelo que sejam tecnicamente aptas à realização de operações anfíbias, a fim de facilitar empregos futuros de sua força-pronta.

O fato de a MB ser capaz de embarcar uma força de desembarque em navios que possam projetá-la sobre terra (onde, quando e pelo tempo necessário) confere ao País poder dissuasório contra potenciais ameaças externas.

A expressão-chave, nesse caso, é a rapidez na resposta, haja vista a extensão do litoral brasileiro e o consequente tempo de des-

locamento da força à área de operações, sem a necessidade de preposicionamento de um grupamento operativo de fuzileiros navais, embarcado ou ocupando bases avançadas na Amazônia Azul.

Segundo Castro, no Brasil, em razão de seu posicionamento estratégico no Atlântico Sul, no que se convencionou chamar de “cinturões de ruptura” (de um lado a África e de outro a América do Sul), destaca-se como relevante a existência de portos e aeroportos em Salvador, em Vitória, no Rio de Janeiro, em Paranaguá e no Rio Grande. Assim, as “sentinelas avançadas”, representadas pelas Ilhas de Fernando de Noronha e Trindade, são consideradas verdadeiros “trampolins” para a condução de operações navais nos segmentos central e meridional do Atlântico Sul, e garantia para o tráfego de cabotagem e de rotas oceânicas.

Esses “trampolins insulares”, ainda de acordo com Castro, demarcam a trajetória Lisboa – Buenos Aires, a começar pelos Açores, passando por Canárias, Cabo Verde, Fernando Pó (que hoje integra a República da Guiné Equatorial), São Tomé e Príncipe, Anabom, Ascensão, Santa Helena, Tristão da Cunha, Gough,



O “colar de pérolas” brasileiro e o conjunto de ilhas britânicas.

Fonte: Costa, 2010

Shetlands, Órcadas, Sanduíches e Georgias, para chegar às Malvinas, que os britânicos (que detêm a posse de todas essas ilhas de Ascensão para o Sul) chamam de Falklands.

Essa rota, que é muito utilizada pelas Marinhas da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), circunda as “sentinelas avançadas” da Amazônia Azul, o que torna imperiosa, para a salvaguarda da soberania brasileira nessa região, a necessidade de monitoramento constante seguido, se for o caso, da presença tempestiva do binômio navio/grupamento operativo de fuzileiros navais, nas franjas setentrional e oriental da Amazônia Azul ao redor do “colar de pérolas brasileiro”.

Assim, as ilhas localizadas no Atlântico Sul, mais especificamente na ZEE brasileira, ganham contornos de extrema relevância estratégica, impondo que o centro das atenções dos planejamentos navais, nos níveis operacional e tático, volte-se para a possibilidade de realização de operações anfíbias, antecipando-se à ocupação ou investindo na retomada, por hipótese, das ilhas oceânicas brasileiras da Trindade e de Fernando de Noronha.

A título de ação proativa de caráter preventivo e dissuasório, pode-se ampliar a presença da MB nessas ilhas pelo estabelecimento de bases logísticas avançadas, que abasteceriam os navios e as tropas durante as operações navais no Atlântico Sul, visando mostrar bandeira em tempo de paz e permitindo atuar tempestivamente em situações de crise internacional ou conflito, assegurando a soberania brasileira com foco particular nas bacias de Santos e Vitória, ambas hodiernamente voltadas à exploração de petróleo na região do pré-sal.

Nas demais regiões do continente brasileiro de interesse para a aplicação do poder naval, o CFN contribui com tropas distritais, por intermédio dos grupamentos de fuzileiros navais e batalhões de opera-

ções ribeirinhas, que poderão integrar os grupamentos operativos constituídos pela FFE, por exemplo, para a realização de operações em rios e águas interiores.

Pelo fato de o Brasil ser um país de dimensões continentais, em razão da possibilidade de longos deslocamentos de tropa e equipamentos, a FFE, que se localiza no Rio de Janeiro, mantém em estado de prontidão uma força-pronta. Em paralelo, a Esquadra, também sediada no Rio de Janeiro, mantém, na mesma condição, parcela compatível de navios, embarcações de desembarque e aeronaves para o embarque e transporte da tropa, com seus equipamentos, constituindo um conjugado anfíbio a ser empregado como força-pronta.

DEPLOYMENT, INCORPORANDO O CONCEITO

O substantivo *deployment* deriva do verbo *to deploy*, que apresenta uma variada gama de significados, sendo os mais relevantes para a presente matéria os de “preparar, distribuir e empregar” (DEPLOYMENT..., 2000, p. 183). Desse modo, seu uso sintetiza, de forma conveniente, a ideia de modelo de força-pronta que se deseja para a MB, que vive a expectativa de iniciar o processo de articulação preconizado pelo PAEMB, com a continuidade de distribuição de suas forças subordinadas pelo território nacional, de modo a facilitar seu estado de prontidão.

Em verdade, esse termo passou a ser utilizado no meio militar como um jargão, com a acepção de “ser empregado no exterior”, caracterizando a vocação expedicionária de fuzileiros navais e Marinhas de diversos países, incluindo os que compõem organismos multinacionais, a exemplo da Otan, como exposto mais adiante.

Mesmo que as crises venham a diminuir significativamente no futuro, as me-

lhores opções para lidar com elas continuam sendo apoiadas em navios-aeródromos e forças anfíbias com fuzileiros navais embarcados. Alguns até mesmo especulam que, na medida em que entramos em uma era caracterizada por atividades terroristas, pela violência decorrente de tráfico de drogas e pelo uso de táticas coercitivas como a tomada de reféns, as forças anfíbias modernas emergirão como opção mais lógica ao emprego da força (GAVIÃO, 2010, p. 155).

Deployment em três tempos – o modelo brasileiro

“A melhor forma de prever o futuro é criá-lo.”

(Peter Ferdinand Drucker – 1909-2005)

Uma possibilidade de aperfeiçoamento do atual padrão de força-pronta pode ser o modelo de *deployment* do grupamento operativo de fuzileiros navais da FFE a ser proposto. A arquitetura organizacional desse modelo pode proporcionar à MB aprimorar a *performance* do conjugado anfíbio instrumento do Poder Naval brasileiro destinado a apresentar-se como pronta resposta às potenciais ameaças externas, na ribeira ocidental africana do Atlântico Sul, com prioridade na área de coincidência com a Amazônia Azul.

A logística de apoio à força-pronta, no modelo de *deployment*, pode ser flexibilizada considerando-se a possibilidade de tropas e equipamentos de menor porte poderem ser transportados, em casos de extrema urgência, por aeronaves da FAB. Porém, para efeito da permanência do grupamento operativo de fuzileiros navais força-pronta em terra, há que se planejar o deslocamento da força naval que lhe prestará apoio logístico continuado, bem como a retirada da tropa e seu equipamento da área de operações.

O pressuposto constitucional de que o Brasil prima pela solução pacífica de controvérsias pode levar à análise simplista de incorporar mecanismos passivos para a organização da força-pronta, assumindo-se posturas extremamente defensivas para a autoproteção do povo e território brasileiros, visando, *lato sensu*, à salvaguarda da soberania nacional.

No Rio de Janeiro, sede da Esquadra brasileira, há organizações militares aptas a fornecer contingentes de tropa e equipamentos para a força-pronta da FFE que, juntamente com os navios e aeronaves designados, compõe a força-pronta.

Pelo fato de o grupamento operativo de fuzileiros navais da força-pronta da FFE não estar embarcado nos navios da força-pronta da Esquadra, há que se considerar o tempo para a prontificação das tropas, o que inclui a reunião de equipamento e seu carregamento nos navios designados pelo ComOpNav, para que a força naval possa iniciar a travessia para a área de operações.

Como já mencionado, a FFE executa um programa de adestramento cujo ciclo de atividades perfaz 18 meses, período no qual são planejados e conduzidos exercícios distintos para as organizações militares designadas como força-pronta, alguns envolvendo operações conjuntas englobando a projeção de poder sobre terra, com o emprego de força naval, sob as diretrizes de planejamento do MD.

Atualmente, o último semestre desse ciclo serve de marco para a seleção dos militares que irão compor o contingente seguinte de fuzileiros navais que seguirá para o Haiti, obedecendo ao sistema de rodízio entre os grupamentos operativos na Minustah.

Os modelos a seguir propostos podem se sobrepor, conforme decisão da alta administração da MB, de modo a melhor capacitar a força para atuação em operações

conjuntas, sob as orientações estratégicas e operacionais do MD.

Tempo 1 – “Haiti *now!*”

A decisão de se incluir no PAEMB a criação do 4º BtlInfFuzNav pode servir para consolidar a origem da tropa que comporá o grupamento operativo do *deployment*. Associe-se a essa decisão a nova concepção de que a unidade militar a ser criada não terá sede própria, o que permite embarcá-la nos navios anfíbios designados pela Esquadra para compor a força naval. Os militares do contingente de fuzileiros navais que integram o grupamento operativo que se encontra na Minustah, ao regressarem ao Brasil, não retornarão às suas organizações de origem.

Desse modo, a proposta é criar o 4º BtlInfFuzNav, unidade operativa sem encargos administrativos, com sede provisória na Base de Fuzileiros Navais Acadêmica Rachel de Queiroz, em Porto Príncipe, Haiti, cuja organização será idêntica à estrutura básica do grupamento operativo de fuzileiros navais de valor Elemento Anfíbio (ElmAnf), podendo atingir o efetivo de 350 militares.

A fim de acompanhar essa mudança, o ciclo de adestramento da FFE deverá ser também adaptado, passando dos atuais 18 para 24 meses, contando com as seguintes fases: pré-força-pronta, quando serão preparados os componentes do grupamento operativo de fuzileiros navais que irá para a Minustah; força-pronta, quando serão praticadas as modalidades de assalto e incursões anfíbias, preferencialmente, no curso de operações conjuntas sob a égide do MD; *deployment*, que, enquanto durar a missão no Haiti, será cumprido pelo grupamento operativo que comporá a Minustah; e a fase pós-força-pronta, ou pós-*deployment*, na qual ocorrem as pausas para férias e recuperação psicossocial,

podendo o militar, juntamente com sua família, ser movimentado para outras unidades, inclusive para fora do Rio de Janeiro.

Depois de um longo período de ausência do convívio familiar, nesse momento é importante que o Comando da FFE priorize ações psicossociais voltadas para que os militares retornem às práticas cotidianas, com reforço no aspecto emocional, haja vista as pressões de toda a ordem durante o ciclo do *deployment*, mormente pelo caráter inopinado de emprego em situações que podem variar de uma ajuda humanitária, passando por missões da paz, a incursões para resgatar não combatentes, em ambientes não permissivos ou mesmo conflitos de grandes proporções.

Assim, a tripulação do 4º BtlInfFuzNav (“organização guarda-chuva”) será revezada, no Haiti, no início da penúltima semana de cada semestre, com a passagem de função *inter pares* para os militares que irão compor o contingente seguinte da Minustah.

Essa decisão tem um peso estratégico importante pelo fato de os militares saírem de suas unidades militares de origem e serem movimentados para o exterior para atuar em um ambiente que apresenta elevada possibilidade de ações de combate real, por um período aproximado de seis meses.

Ocorre, porém, que essa tropa já se encontra empenhada em missão no exterior e, persiste, no entanto, a necessidade de se manter no Brasil um grupamento operativo da FFE, pronto para atender às demandas de emprego da força-pronta do ComOpNav. Sendo assim, tem início a segunda etapa desse processo.

Tempo 2 – “ElmAnf a bordo”

Conforme mencionado, não há necessidade de aguardar o término da missão no Haiti para iniciar o segundo tempo do processo de mudanças. Até mesmo porque o

ComOpNav não poderá prescindir da parcela da força-pronta que pertence à FFE.

Desse modo, de acordo com a nova concepção do ciclo de adestramento, as organizações militares da FFE que se encontram na fase força-pronta representarão a força-pronta.

Isso significa dizer que, a cada semestre, um dos BtlInfFuzNav sediados no Rio de Janeiro fornecerá o núcleo do componente de combate terrestre do grupamento operativo da força-pronta, mantendo o preconizado no PAEMB para o aumento de efetivo.

Considerando-se que a Esquadra também se encontra em fase de reorganização (PESCE, 2010, p. 86-88), as situações de emergência poderão ser atendidas, flexibilizando-se o valor da força-pronta e mantendo-se a estrutura de uma Unidade Anfíbia (UANf), reduzindo, no entanto, o efetivo previsto para a força-pronta para aproximadamente 350 militares, equivalente ao de um ElmAnf.

A vantagem agregada a essa opção é a integração dos fuzileiros navais às tripulações e aos espaços de bordo. Agiliza-se, assim, com a continuidade desse processo, o carregamento de equipamentos de grande porte nos convés dos navios designados, que poderão ser revezados, a critério do comandante em chefe da Esquadra, mantendo os planejamentos atualizados no que concerne a todos os equipamentos da UANf da força-pronta, a título de adestramento (carregando-se apenas o material necessário para cada comissão no mar), facilitando, porém, o embarque futuro de tropa e material nesses navios.

Neste ponto, não há que se falar ainda em obrigatoriedade dessa força de pronta resposta fazer-se ao mar pelo período de seis meses. A critério do Comando de Operações Navais, seguindo as diretrizes estratégicas do MD, podem ser planejados para a tropa embarcada exercícios relacionados às atividades de inspeção naval e às operações anfíbias.

O circuito naval que o ElmAnf percorrerá em adestramento poderá incluir, a critério do Comando da Marinha, assessorado pelo Estado-Maior da Armada (EMA), a realização de exercícios de intercâmbio com forças de fuzileiros navais de outras Marinhas, como a da Namíbia, estendendo-se aos países da CPLP, atingindo-se, nesse périplo, a ribeira ocidental africana.

Desde que haja a devida preparação logística, será possível estender o roteiro de adestramento para que a tropa embarcada chegue ao Haiti, a título de abastecimento do grupamento operativo da Minustah.

A vigência desse novo regime de emprego traz consequências estratégicas de relevo, quais sejam a consolidação das quebras gradativas dos paradigmas do quartelamento e a simbiose do conjugado anfíbio.

Tempo 3 – “Deployment da UANf”

O embarque permanente de uma UANf tornar-se-á possível com a finalização do processo previsto para a captação de pessoal e a obtenção, por construção ou aquisição, de meios navais (navios de propósitos múltiplos, embarcações de desembarque), aeronavais (helicópteros de emprego geral para o transporte de tropa) e de fuzileiros navais previstos no PAEMB, cujo horizonte temporal é o ano de 2030.

Convém lembrar que os efetivos de tropa dos diferentes tipos de grupamentos operativos são variáveis, o que contribui para lhes assegurar as características de flexibilidade e versatilidade. Tem-se, por exemplo, um limite máximo planejado para um ElmAnf de 300 militares, sendo que a UANf pode variar seu efetivo de 800 a 2.200 fuzileiros navais.

Portanto, há que manter aderência com a realidade em termos de capacidade dos navios vocacionados para o transporte da tropa anfíbia com seu equipamento, deven-

do o aumento ser gradativo à disponibilidade de meios navais, que se espera crescente, para que se possa dispor de um grupamento operativo de fuzileiros navais do tipo UAnf (com seu efetivo máximo) pronto e embarcado, representando o instrumento de dissuasão estratégica a serviço do Estado brasileiro.

Estruturas de comando e controle do conjugado anfíbio

Essa nova concepção de emprego da força-pronta, representada pela parcela da FFE do conjugado anfíbio, em regime de *deployment*, à disposição do ComOpNav, deve ser sustentada por estruturas de comando e controle que viabilizem de imediato as relações institucionais necessárias a respaldar as ações do comandante da força naval à qual pertence, por subordinação funcional, o grupamento operativo de fuzileiros navais da FFE que, como visto anteriormente, reveza-se com periodicidade semestral.

Temos envolvidos, de início, o Comando da FFE e o ComemCh, com suas respectivas organizações militares subordinadas, além do ComOpNav e suas subchefias, com especial destaque para as de Inteligência Operacional, Operações e Logística.

A proposta é fazer com que parte dessas estruturas permanentes, voltadas para o emprego de forças navais (Força de Superfície e as duas divisões da Esquadra) e de grupamentos operativos de fuzileiros navais (Comando da Força de Desembarque), possam converter-se em células *ad hoc* de planejamento, buscando soluções antecipadas para diferentes situações de emprego, em conformidade com as hipóteses emanadas

da END. Esse tipo de solução, que já ocorre no ComOpNav, quando da ativação de teatros de operações marítimos nas operações conjuntas do MD, guarda semelhança com a estrutura dos Amphibious Ready Group (ARG)² norte-americanos, permanentemente empenhados em operações expedicionárias em regime de *deployment*.

Porém há que se estabelecer uma célula de planejamento de caráter permanente, a ser criada no Estado-Maior do ComOpNav e, conseqüentemente, nos comandos das forças que lhes são diretamente subordinadas, que contarão com o arcabouço documental e com os resultados de experiências anteriores acumuladas na área de inteligência operacional, além dos resultados de análises provenientes do EMA, no que tange à inteligência estratégica.

Tal subchefia do ComOpNav, alimentada continuamente com informações provenientes dos órgãos da MB voltados para as inteligências estratégica e operacional, ocupar-se-á da planificação de potenciais operações nas quais possam ser empregados os grupamentos operativos de fuzileiros navais que, uma vez embarcados, podem ser acionados no mais curto prazo possível, caso o conjugado anfíbio ainda esteja atracado, ou entrar em ação imediatamente, caso esteja no mar.

Assim, a força de desembarque, representada pelo grupamento operativo de fuzileiros navais, poderá iniciar sua participação no processo de planejamento militar a bordo, reposicionar seus equipamentos entre navios, caso ainda estejam atracados ou por meio de transferências no mar, com o auxílio, por exemplo, de embarcações de desembarque de carga geral, e rumar para

2 Um Amphibious Readiness Group (ARG) dos Estados Unidos consiste de um elemento naval — um grupo de navios de guerra que integram uma Força-Tarefa Anfíbia (*Amphibious Task Force — ATF*) e uma Força de Desembarque (*Landing Force — LF*) dos Fuzileiros Navais dos EUA (*Marines*). O efetivo de uma ARG é de aproximadamente 5 mil militares. As unidades e os destacamentos que compõem uma ARG são adestrados, equipados e organizados com a realização de Operações Anfíbias.

o teatro de operações marítimo onde ocorrerá operação anfíbia para o cumprimento da missão recebida.

Numa síntese da análise dos resultados dessa entrevista, tem-se que os indicadores apontam para a existência de uma massa crítica do efetivo da FFE que possui a característica que está associada ao mencionado DNA expedicionário do fuzileiro naval: o caráter naval da profissão, inerente às lides do mar e familiarizado com a vida a bordo.

Tal característica reveste os fuzileiros navais de uma filosofia de vida diferente daqueles que vivem arraigados em terra. Abrir mão de tal característica seria regredir no tempo e perder a identidade, o que pode vir a afetar a cultura organizacional.

O liame com a Marinha e, consequentemente, com o mar é essencial. O signo “mar” deve ser marcado desde cedo na vida do fuzileiro, pois no mar está centrada sua forma de viver, agir e se comportar. O mar é a razão primeira da existência dos fuzileiros navais, e para esses, tanto quanto

para os marinheiros, ele tem o significado de “caminho” para a imposição dos interesses do Estado brasileiro.

O tempo de isolamento desejável refletido na pesquisa é de um a três meses. Períodos maiores somente se envolverem missão no exterior e de caráter voluntário. A pesquisa mostra que a adoção de um critério para o *deployment* é fundamental e deve, na medida do possível, atender aos seguintes requisitos:

- objetivo e finalidade claros;
- ciclos de trabalho intercalados com ciclos de visitas a portos;
- boas condições de habitabilidade e conforto nos navios.

O termo *deployment* é desconhecido da tropa. Portanto, há necessidade da disseminação do conceito a ele atrelado, seguindo-se de explanação detalhada, desde a formação de soldados no CFN, dos modelos passíveis de adoção e, principalmente, como essa forma de atuação aprimorará o emprego de Poder Naval brasileiro. Assim, o *deployment* passará a ser o símbolo do caráter expedicionário do CFN.

CONCLUSÃO

Os termos anfíbio e expedicionário resumem com muita propriedade a evolução que ocorre no CFN do Brasil, em certa medida na

esteira do USMC, seu modelo de referência, que há anos caracteriza-se como a tropa expedicionária por excelência no mundo.

Considerando-se anfíbio o ser que transita sem dificuldades pelos ambientes marítimo e terrestre, é natural afirmar que os fuzileiros navais constitu-

em a única parcela do poder naval brasileiro apta e eficiente, como parte integrante da MB, para realizar operações anfíbias, uma das modalidades ainda válidas de projeção de poder sobre terra.

Do audacioso exercício de desembarque na Ilha da Pompeba restam as lembranças dos improvisos típicos daqueles que almejam a adequada evolução do CFN. Seguiram-lhes tantos outros, ainda que a título de adestramento, que serviram para equipar no estado da arte da época a MB para a execução de operações anfíbias. O tão acalentado progresso no campo material virá com a consolidação das metas do PAEMB, mediante a obtenção de navios

O signo “mar” deve ser marcado desde cedo na vida do fuzileiro, pois no mar está centrada sua forma de viver, agir e se comportar. O mar é a razão primeira de sua existência

de propósitos múltiplos, de transporte e apoio, embarcações para o desembarque de tropa e equipamentos, aeronaves de emprego geral e do material de fuzileiros navais, especificamente, os carros-lagarta anfíbios de última geração. Espera-se que, desde o início do processo de obtenção, os navios de propósitos múltiplos, em particular os destinados às operações anfíbias, sejam projetados ou adquiridos a partir de definições conjuntas dos setores homólogos de material e operativo do ComOpNav e do CFN.

No campo da doutrina, merece destaque na marcante trajetória histórica do CFN a passagem da forma de organização das unidades de combate, deixando de planejar e atuar como força terrestre, incorporando os modernos conceitos de organização e emprego sob a forma de grupamento operativo, que é versátil e flexível o suficiente para se adaptar às necessidades de emprego em combate e em situações de ajuda humanitária, assistência hospitalar, evacuação de civis e missões de manutenção da paz.

Uma vez incorporados os conceitos de organização e emprego dos grupamentos operativos de fuzileiros navais, resta ao CFN, ecoando as palavras do Almirante Monteiro (2010), amarar, ou seja, fazer-se ao mar de forma mais duradoura, indo ao encontro do seu inevitável destino manifesto. A consolidação como tropa expedicionária por excelência vem sendo comprovada a cada missão que lhe é atribuída, como corroboram as participações históricas bem-sucedidas

como força de pronta-resposta a serviço de organismos internacionais.

O CFN brasileiro atingiu tal nível de proficiência que foi chamado pela MB a atuar como protagonista na criação do CFN namibiano, incluindo a formação de seu pessoal.

A presença constante e crescente de fuzileiros navais brasileiros naquele ponto da ribeira ocidental africana representa uma janela de oportunidade para a aplicação de grupamentos operativos em exercícios com a

novel tropa anfíbia namibiana e com as Marinhas de outros países da CPLP, mais especificamente Angola, que já provou da eficácia operativa de contingentes de fuzileiros navais em missões da ONU em seu território.

Essa característica que lhe é peculiar faz-se presente com o XIII Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais da Minustah. Ademais, a FFE mantém em permanente estado de aprestamento e prontidão um grupamento opera-

tivo, em sistema de rodízio entre suas unidades de combate e de apoio, que rendeu incontáveis frutos nos episódios de calamidades envolvendo, respectivamente, o Haiti e o Chile, no início de 2010.

O amadurecimento natural no processo evolutivo ora em curso, em particular na MB, decorrente da publicação da END e da elaboração, a título de proposta, do PAEMB, será unir o pensamento estratégico naval em torno do conjugado anfíbio pela adoção do regime de *deployment* do grupamento operativo de fuzileiros navais

Uma vez incorporados os conceitos de organização e emprego dos grupamentos operativos de fuzileiros navais, resta ao CFN, ecoando as palavras do Almirante Monteiro (2010), amarar, ou seja, fazer-se ao mar de forma mais duradoura, indo ao encontro do seu inevitável destino manifesto

da força-pronta da FFE, embarcando a UAnf e seu equipamento. Isto de modo a cumprir com maior eficiência no processo e menor tempo de resposta na busca da eficácia na aplicação da força de desembarque, visando, *ultima ratio*, à projeção de poder sobre terra, onde, quando e pelo tempo necessário.

Para tanto, faz-se necessária a quebra de paradigmas pela tropa, para que os fuzileiros navais iniciem um período de permanência a bordo que, gradativamente, seja cada vez maior, até o limite de seis meses, fortalecendo os vínculos funcionais da tropa com as tripulações e com os locais de trabalho nos meios que os transportarão para terra, quando requerido. Ademais, verifica-se a oportunidade de se modificar o ciclo de adestramento da FFE, embarcando o grupamento operativo que estiver na fase do *deployment* nos navios designados pela Esquadra, para desembarcar no Haiti para um período semestral de atuação naquela missão da ONU.

Ao encerrar a Minustah, a proposta é evoluir para um regime de *deployment* de até três meses, no qual o grupamento operativo embarcado cumpra um circuito de adestramento que contemple atividades operativas nas ilhas oceânicas que formam o “colar de pérolas” brasileiro e em áreas

de adestramento em países, preferencialmente os da ribeira ocidental africana, retornando a tropa do *deployment* ao Rio de Janeiro, onde ocupará as instalações do 4º BtlInfFuzNav, em sistema de revezamento ao final de cada semestre.

Instaura-se, assim, uma nova concepção de uso da força de emprego rápido no âmbito do ComOpNav, que, cumprindo uma das tarefas básicas do Poder Naval brasileiro, ampliará a presença dissuasória e, consequentemente, estenderá o perímetro defensivo à costa brasileira para além da Amazônia Azul, o “mar que nos pertence”³, exercendo a soberania indispensável à salvaguarda da integridade territorial brasileira. Por fim, faz-se mister investir na reestruturação de setores de comando e nos estados-maiores das forças, com a finalidade de dotá-los de mecanismos, ferramentas e procedimentos nas áreas de inteligência estratégica e operacional, buscando manter bancos de dados confiáveis que alimentem os correspondentes sistemas de comando de controle dos estados-maiores, desde o tempo de paz. Tudo isso com vistas ao planejamento dos comandos de forças navais e de fuzileiros navais para emprego integrado e singular, ou como parte da estrutura de uma operação conjunta sob as diretrizes operacionais do MD.

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<FORÇAS ARMADAS>; Fuzileiros Navais; Missão do CFN; Operação anfíbia; Comportamento operativo; Missão de paz;

REFERÊNCIAS

AMAZÔNIA azul, o mar que nos pertence. Rio de Janeiro : Record, 2006. 305 p.
ARAÚJO, Mauro José Rocha de. *A segurança internacional e a necessária reforma do Conselho de Segurança da ONU: perspectivas e implicações para a Marinha do Brasil*.

³ Em homenagem ao Almirante Armando Amorim Ferreira Vidigal, falecido em 22 de dezembro de 2009, com 39 anos de serviço ativo na MB e organizador da obra referenciada *Amazônia Azul, o mar que nos pertence*.

2009. 60 p. Monografia. (Curso de Política e Estratégia Marítimas) – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2009.
- ALBUQUERQUE, Alexandre Tagore Medeiros de. *O Brasil além das 200 milhas*. Rio de Janeiro, 2010. Palestra ministrada para o Curso de Política e Estratégia Marítimas da Escola de Guerra Naval, em 30 abr. 2010.
- ASSIS FILHO, Jaime Florêncio de. “A participação da Marinha do Brasil na Força Interamericana de Paz. República Dominicana (1965-1966)”. *O Anfíbio*, Rio de Janeiro, Ano 27, edição especial, p. 64-77. 2008.
- BARTOLOMÉ, Mariano César. *La seguridad internacional: después de la guerra fría*. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales, 1999. 365 p.
- _____. *La seguridad internacional post 11-S: Contenidos, debates y tendencias*. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales, 2006.
- BICKEL, Keith B. *Mars learning: the marine corps development of small wars doctrine, 1915-1940*. Oxford: Westview, 2001.
- BRAGA, Carlos Chagas Vianna. “A missão das Nações Unidas para a estabilização do Haiti e o seu componente militar”. *O Anfíbio*, Rio de Janeiro, p. 46-61. 2005.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- _____. Decreto nº 1.530, de 22 de junho de 1995. Dispõe sobre a entrada em vigor da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, concluída em Montego Bay, em 10 de dezembro de 1992. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/m_1530_1995.htm>. Acesso em: 18 mar. 2010.
- _____. Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005. Aprova a Política de Defesa Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm>. Acesso em: 18 mar. 2010.
- _____. Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008. Aprova a Estratégia Nacional de Defesa. Brasília, D.F., 2008a. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br>>. Acesso em: 18 mar. 2010.
- BRASIL. Centro de Comunicação Social da Marinha. Vertentes da amazônia azul. Disponível em: <http://www.mar.mil.br/menu_v/amazonia_azul/vertentes.htm>. Acesso em: 18 mar. 2010.
- _____. Plano de articulação e equipamento da marinha. 2009. Disponível em: <http://www.mar.mil.br/menu_h/noticias/com2dn/PAEMB/Plano_articulacao_equipamento_MB_.html>. Acesso em: 19 mar. 2010.
- BRASIL. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. CGCFN 0-1: Manual Básico para Organização e Emprego de Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais. Rio de Janeiro, 2008b.
- _____. CGCFN 1-1: Manual de Operações Anfíbias dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais. Rio de Janeiro, 2008c.
- BRASIL. Ministério da Defesa. MD35-G-01: Glossário das Forças Armadas. 4.ed. Brasília, D.F., 2007.
- BUZAN, Barry. *People, states and fear*. Boulden, Colorado: Lynne Rienne, 1991.
- CASTRO, Theresinha de. *Atlântico sul: geopolítica e geoestratégia*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1996. 60 p.
- CASTRO, Oswaldo Queiroz, et al. “Experiências do 2º contingente do GptOpFuzNav-Haiti”. *O Anfíbio*, Rio de Janeiro, p. 62-81. 2005.
- CLANCY, Tom. *Marine: a guided tour of a marine expeditionary unit*. New York: Berkley Books, 1996, 336 p.
- ESTADOS UNIDOS. Navy. *A cooperative Strategy for 21st Century Sea Power*. Washington, D.C.: Deputy Chief of Naval Operations, 2007. 20 p.
- COSTA, Carlos Augusto. *Fuzileiros navais: da praia de Caiena às ruas do Haiti*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2005. 95 p.
- _____. Entrevista concedida ao CMG (FN) José Luiz Corrêa da Silva em 10 mai. 2010.

- _____. Palestra ministrada para o Curso de Política e Estratégia Marítimas da Escola de Guerra Naval em 20 nov. 2001.
- COUTO, José Alberto Cunha; SOARES, José Antônio Macedo. “Lições de gerenciamento de crises”. *Revista de Gestão Pública RGP/DF*, v. 1, nº 1, 2007.
- DEPLOYMENT. In.: MICHAELIS: moderno dicionário inglês-português, português-inglês. 2.ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos, Ano 2005. p.1735.
- FERREIRA, Marcos José de Carvalho. “Política nacional para os recursos do mar”. Rio de Janeiro, 2010. Palestra ministrada para o Curso de Política e Estratégia Marítimas da Escola de Guerra Naval, em 21 jun. 2010.
- FORÇA DE FUZILEIROS DA ESQUADRA: 50 anos. Rio de Janeiro: Evangellus, 2007. 169 p.
- FRANÇA, Junia L; VASCONCELOS, Ana Cristina de. *Manual para normatização de publicações técnico-científicas*. 8. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- FLYNN, G. J. *Amphibious Operations in the 21st Century*. Quantico, Virgínia, 18 fev. 2009, 34 p.
- GAVIÃO, Luiz Octávio. “As operações anfíbias no século XXI”. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 130, nº 01/03, p. 155-179, jan./mar. 2010.
- GEOGRAFIA: ensino fundamental e ensino médio: o mar no espaço geográfico brasileiro. Brasília, D.F.: Ministério da Educação, 2005. 304p. (Coleção explorando o ensino; v. 8).
- MATTOS, Carlos de Meira. *A geopolítica e as projeções de poder*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977. 147p.
- MONTEIRO, Álvaro Augusto Dias. Mensagem do Comandante-Geral. In: Corpo de Fuzileiros Navais: combatentes anfíbios do Brasil. Rio de Janeiro: Action, 2008.
- _____. Entrevista concedida ao CMG (FN) José Luiz Corrêa da Silva em 10 mar. 2010a.
- _____. Palestra ministrada para o Curso de Política e Estratégia Marítimas da Escola de Guerra Naval em 18 jun. 2010b.
- MOSKIN, J. Robert. *The U.S. marine corps story*. The revised edition including a chapter on the Persian Gulf War. 3. rev. New York: Little Brown and Company, 1977. 916 p.
- MYERS, Richard B. Capstone concept for joint operations. Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América. Washington, D.C.: Pentágono, 2005, 43p. Disponível em: <http://www.dtic.mil/futurejointwarfare/concepts/approved_ccjov2.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2010.
- PESCE, Eduardo Ítalo. “Plano de equipamento e articulação da Marinha do Brasil (PEAMB) 2010-2030: perspectivas”. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro. v. 130, nº 04/06, p.73-88, abr./jun., 2010.
- REIS, Paulo de Oliveira. “Um exemplo de adaptação”. *O Anfíbio*, Rio de Janeiro, p. 8-10, 1985.
- RULFF, José Jorge de Moraes. “Operação Haiti: aspectos navais”. *O Anfíbio*, Rio de Janeiro, p. 23-26, 2004.
- RUMSFELD, Donald. “Transformando as Forças Armadas”. *Política Externa*, nº 2, p. 12-22, set./nov., 2002.
- SCHNEIDER, Ronald M. *Brazil, foreign policy of a future world power*. Colorado: Westview Press, 1976, 236 p.
- SILVA, José Carlos Ribeiro da. “A paz em Angola e a participação do Corpo de Fuzileiros Navais”. *O Anfíbio*, Rio de Janeiro, Ano 17, nº 16, p. 6-9, 1997.
- SILVA, Léo. “Nato Response Force – NRF: uma resposta aos desafios da nova ordem internacional”. *Tecnologia & Defesa*, Ano 23, nº 130, p. 10-14. [2006?].
- TILL, Geoffrey. *El poder marítimo: una guía para el siglo XXI*. 1.ed. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales del Centro Naval, 2007. 512 p.
- ZENTGRAF, Maria Christina. *Metodologia Científica*. Rio de Janeiro: COPPEAD/UFRJ, 2010. Apostila.
- ZUCCARO, Paulo Martino, et al. “O grupamento operativo de fuzileiros navais Haiti: o pouso do albatroz”. *O Anfíbio*, Rio de Janeiro, p. 13-22, 2004.